

REDE URBANA EM TRANSFORMAÇÃO: PORTO SEGURO (BAHIA) AO LONGO DO PERÍODO COLONIAL

URBAN NETWORK IN TRANSFORMATION: PORTO SEGURO (BAHIA) THROUGHOUT THE COLONIAL PERIOD

Ingrid de Araújo Gomes¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o processo de ocupação territorial da antiga capitania de Porto Seguro, ao longo do período colonial. Pelo menos três importantes períodos de expansão ocorreram: o primeiro, nos dois primeiros séculos de colonização; o segundo, na segunda metade do século XVIII, com as reformas pombalinas; e o terceiro, nas décadas finais do período colonial. O intuito é demonstrar que mesmo em momentos de grande instabilidade política, o território de Porto Seguro se dinamizou paulatinamente, indo contra o “mito de devastação” criado e repetido ao longo de tantos anos. Como resultado, observamos uma rede urbana que foi se ramificando e se complexificando, evidenciando um território muito mais interconectado e capilarizado do que é concebido à primeira vista.

PALAVRAS-CHAVE: Porto Seguro; História Urbana; Rede Urbana; Urbanização.

ABSTRACT: This article aims to carry out an analysis of the transformations that occurred in the territory of the former captaincy of Porto Seguro, throughout the colonial period. At least three important moments of expansion of territorial occupation occurred: the first, in the first two centuries of colonization; the second, in the second half of the 18th century with the Pombaline reforms; and the third, in the final decades of the colonial period. The aim is to demonstrate that even in moments of great political instability, the territory of Porto Seguro gradually became more dynamic, going against the “myth of devastation” created and repeated over so many years. As a result, we observe an urban network that has branched out and become more complex, revealing a much more interconnected and capillarized territory than is initially conceived.

KEYWORDS: Porto Seguro; Urban History; Urban Network; Urbanization.

* Essa pesquisa foi financiada pela CAPES e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

¹ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo - USP. Email: iagomes@usp.br.

Considerações iniciais

Este artigo resulta das investigações realizadas no âmbito do mestrado e, atualmente, no doutorado, visando compreender a dinâmica da capitania e subsequente comarca de Porto Seguro do ponto de vista urbanístico ao longo do período colonial. O enfoque da pesquisa de mestrado concentrou-se na vila sede homônima de Porto Seguro, devido a sua natureza como aglutinadora comercial e epicentro político, administrativo e religioso da capitania. O propósito foi analisar as políticas de urbanização empreendidas na vila de Porto Seguro ao longo do período colonial, com especial atenção às reformas políticas, administrativas, econômicas e fiscais implementadas durante a segunda metade do século XVIII, sob o governo pombalino, e aos impactos dessas reformas no início do século XIX.

Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa, tornou-se imprescindível contextualizar a formação e o desenvolvimento da vila de Porto Seguro em uma perspectiva mais ampla, considerando a rede urbana, visto que ela representa o conjunto de respostas às solicitações do processo de urbanização. Como afirmou Nestor Goulart Reis Filho (1968), o conhecimento do núcleo só se completa com a rede, que é, afinal, o “organismo” que o institui e lhe confere sentido. Este é um dos temas trabalhados atualmente no doutorado, que analisa o processo de territorialização da comarca de Porto Seguro em diferentes escalas: na macroescala da paisagem, da urbanização e do intraurbano. Para este artigo, o foco estará na rede urbana. Buscamos explorar as políticas de urbanização dirigidas à capitania e posterior comarca de Porto Seguro, que delinearam a formação de seus assentamentos humanos e de sua rede urbana, refletindo sobre a dimensão territorial da experiência colonial. O período temporal abordado engloba desde a constituição dos primeiros assentamentos coloniais, no século XVI, até as reformas pombalinas do século XVIII e seus desdobramentos no início do século XIX.

Embora se concentre na análise espacial do território colonial de Porto Seguro, torna-se importante frisar que este estudo não o concebe como um elemento estático, mas sim como resultado de processos sociais em constante

transformação. Nesse sentido, abordaremos o processo de territorialização como reflexo das relações entre a sociedade e o espaço ao longo da história.

Para essa análise, recorreremos ao conceito de *territorialidade*, que permite pensar as ações dos sujeitos históricos na materialidade do território, o que envolve processos de disputas, apropriações, significações e ressignificações do espaço (ADAN, 2009). Utilizamos também o conceito de *urbanização* desenvolvido por Nestor Goulart Reis Filho (1968), que proporciona uma visão mais ampla do fenômeno urbano, abrangendo núcleos considerados menores ou vestígios de ocupação humana relacionados às demandas urbanas. Nessa direção, Beatriz Bueno (2016), expande o sentido de rede urbana, considerando toda localidade que se configurava em resposta às necessidades urbanas, como pousos, bairros rurais, fazendas, destacamentos militares, povoações, aldeamentos, passagens, registros, etc., - como parte integrante da rede.

Para tanto, realizamos o cruzamento e análise de um conjunto de fontes primárias, tais como decretos, ofícios, levantamentos sócio-territoriais, relatos de viajantes e cartografias. Propomos, ainda, uma espacialização hipotética do processo de ocupação territorial. Assim, indícios de uma realidade complexa ainda inexplorada pela historiografia emergem nas linhas do discurso visual e textual.

Este artigo está estruturado em três partes principais. A primeira parte aborda o primeiro fluxo migratório europeu e as características econômicas estabelecidas na capitania até a primeira metade do século XVIII. A segunda parte explora o contexto das reformas pombalinas e as políticas de urbanização direcionadas para a região. Por fim, a terceira parte conclui com uma análise da projeção econômica voltada para a comarca, que visou transformá-la em um polo produtor de gêneros alimentícios para o abastecimento dos principais centros urbanos da colônia (Salvador e Rio de Janeiro). O objetivo foi observar como o plano de abastecimento e circulação de mercadorias contribuíram para a expansão da rede de caminhos na comarca, refletindo na estrutura de ocupação territorial alcançada no fim do período colonial.

A colonização do território porto-segurense até a primeira metade do século XVIII

Fundada pelo rei d. João III, no início do século XVI, a capitania de Porto Seguro foi doada ao primeiro donatário, Pero do Campo Tourinho, em 1534, que assumiu o desafio de estabelecer o povoamento e a conquista territorial de mais de 400 km de costa marítima. A jurisdição territorial da capitania foi demarcada a partir do uso de referências geográficas imprecisas², tendo suas autoridades estabelecido o rio Doce como fronteira com a capitania do Espírito Santo, ao sul, e, ao norte, o rio Grande (atual Jequitinhonha) como divisa com a capitania de Ilhéus. O limite oeste, entretanto, permaneceu móvel, avançando conforme a dilatação da ocupação luso-brasileira até pelo menos a criação da capitania de Minas Gerais, no início do século XVIII³.

Ao aportar na região com suas naus e caravelas, contendo uma média de 700 homens e muitas famílias, Pero do Campo Tourinho encontrou a feitoria criada por Cristóvão Jacques⁴ no local onde posteriormente fundou a primeira vila homônima da capitania. Em sua primeira década de gestão, o donatário fundou de sete a oito vilas, sendo algumas conhecidas por Santa Cruz, Porto Seguro, Santo Amaro e Insuacome talvez Santo André. Apesar de algumas delas terem sido efêmeras, Capistrano de Abreu relatou, com um tom de surpresa, não ter sido possível compreender facilmente como no decurso de dez anos se pôde reunir tamanha quantidade de população (ABREU, 1930).

² ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do Século – Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997.

³ CARTA de doação da Capitania de Porto Seguro. Évora, 27 de maio de 1534. ANTT, Chancelaria de d. João III, Livro 7, f. 103. Para consultar as cartas de doações e forais das capitanias do Brasil, verificar CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (Org.). Doações e Forais das Capitanias do Brasil (1534 – 1536). Lisboa: Estudos e Documentos /IANTT, 1999.

⁴ Cristóvão Jacques (1480-1530) foi um navegador e militar português. Em 1503 participou da frota de Gonçalo Coelho para o reconhecimento do litoral brasileiro, onde teria fundado a feitoria de Itamaracá, e em 1626, recebeu o título de Governador das Partes do Brasil. Não se sabe, todavia, a data de fundação da feitoria de Porto Seguro.

Os desafios iniciais de Tourinho foram similares aos enfrentados por outros donatários. Além de disputas internas e conflitos com indígenas, havia também o domínio francês sobre os negócios do pau-brasil, garantidos através de suas alianças com os povos Tupi por meio de casamentos. O donatário respondeu a essas pressões buscando estabelecer alianças com os grupos nativos, fator que contribuiu para abalar a influência francesa nos negócios regionais do pau-brasil e possibilitar a criação de vilas, abertura de roças e o estabelecimento de uma produção pesqueira de considerável porte (CALDEIRA, 2017).

Apesar dos êxitos iniciais, as contradições que a própria dinâmica colonial provocava entre europeus e indígenas causaram diversas revoltas destes últimos⁵. Gabriel Soares de Sousa, observador quinhentista da realidade colonial da América portuguesa, descreveu que:

[Pero do Campo] teve nos primeiros anos muito trabalho com a guerra que lhe fez o gentio Tupiniquim, que vivia naquela terra, o qual lhe foi tão cruel, que o teve cercado muitas vezes e posto em grande aperto, com o que lhe mataram muita gente (...) (SOUSA, 1879, p. 54).

As atividades econômicas fomentadas por Pero do Campo Tourinho, como o fabrico de açúcar, a exploração madeireira, a produção de gêneros alimentícios e o sertanismo⁶, também acarretaram conflitos internos e externos que dificultaram o avanço e, em alguns casos, provocaram o retrocesso das políticas de ocupação colonial. A produção de açúcar e o sertanismo, em

⁵ Para um maior aprofundamento sobre o tema ver: CUNHA, Manuela Carneira da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 2ª ed., 1998; SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022.

⁶ A prática do sertanismo se caracterizou por desenvolver atividades econômicas e sociais que envolviam a procura e exploração de metais preciosos nas regiões interioranas e o reconhecimento e aprisionamento de populações indígenas. Em Porto Seguro, tais expedições, do ponto de vista econômico, não se transformaram em uma atividade estável, produtiva e viável no campo da mineração, mas movimentaram um incontável contingente de índios que foram integrados à sociedade colonial, seja na condição de escravos, seja na condição de aldeados. Essa prática gerou intensos conflitos no interior da sociedade colonial de Porto Seguro, entre jesuítas e sertanistas, e entre sertanistas locais e sertanistas paulistas em uma disputa territorial e política sobre o domínio dos sertões e dos índios no interior da capitania (CANCELA, 2012).

particular, foram as atividades que mais contribuíram para a projeção de um cenário de grande instabilidade política, econômica e social. O donatário disputava a hegemonia econômica com colonos e religiosos, e ao concentrar o poder da distribuição da mão de obra escrava indígena através dos descimentos, gerou conflitos com os religiosos, que decidiram enfrentar a autoridade de Pero do Campo Tourinho utilizando como estratégia a esfera religiosa (CANCELA, 2012; SANTOS, 2016). Dessa forma, o donatário foi denunciado à Santa Inquisição por blasfêmia e heresia, com a justificativa de que espalhava “abominações que nesta vila dizia e fazia contra Deus nosso Senhor e contra a Santa Madre Igreja⁷”, sendo, por isso, mandado preso de volta para Portugal. Após sua prisão e proibição de retornar à capitania, quem assumiu a posição de segundo donatário foi seu irmão, Fernão Tourinho, vindo a falecer no período de um ano, deixando sua irmã, Leonor do Campo, como herdeira, a qual, por fim, a vendeu para o duque de Aveiro⁸.

Apesar da venda da capitania ter sido autorizada pela Coroa em 1559, o primeiro duque de Aveiro, João de Lancastre, já exercia sua função de donatário desde 1557. Ele possuía em Porto Seguro uma sesmaria doada por Pero do Campo na década de 1530, onde funcionava um engenho localizado na região da vila de Santa Cruz, distante duas léguas ao norte da vila de Porto Seguro. Gabriel Soares de Sousa descreveu, em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, um quadro da realidade da capitania de Porto Seguro após a posse de João de Lancastre. De acordo com ele, o primeiro duque de Aveiro:

a favoreceu muito com gente e capitão que a governasse, com navios que ele todos os anos mandava e com mercadorias, onde mandou fazer, a sua custa, engenhos de açúcar e provocou a outras pessoas de Lisboa a que fizessem outros engenhos, em cujo tempo os padres da companhia edificaram na vila de Porto Seguro um mosteiro, onde residem sempre dez ou doze religiosos, que governam ainda

⁷ O processo inquisitorial movido contra Pero do Campo Tourinho está depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, disponível em: [PT-TT-TSO-IL-28-8821_m0009.tif - Processo de Pedro do Campo - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArg](https://arquivo.pt/wayback/20160801000000/pt-tt-tso-il-28-8821_m0009.tif).

⁸ Foi-lhe concedida, por alvará de 16 de julho de 1559, licença para vendê-la ao Duque de Aveiro, que poderia deixar por testamento a D. Pedro Diniz. A escritura passada a 9 de agosto do mesmo ano, por 100\$000 de juro, a razão de 12\$500 o milheiro, seiscentos mil réis em dinheiro de contado, e dois moios de trigo em cada um ano, enquanto vivesse a D. Leonor; a venda foi confirmada a 6 de fevereiro de 1560 (ACCIOLI, 1919, p. 445).

agora algumas aldeias de Tupiniquins cristãos, que estão nesta capitania; em à qual houve, em tempo do dito duque, sete ou oito engenhos de açúcar, onde se lavrava cada ano muito que se trazia a este reino e muito pau de tinta, do que na terra há muito (SOUSA, 1879, p. 54, 55).

Observa-se que houve por parte do duque uma tentativa de alavancar a economia baseada na produção de açúcar, construindo sete a oito novos engenhos, tendo em vista a alta de preços e a ampliação de mercados no mundo atlântico que este negócio experimentava. Contudo, assim como os projetos coloniais de Pero do Campo não se concretizaram, de semelhante forma aconteceu com os do duque, que sentiu os efeitos da guerra dos Aimorés. De acordo com Soares de Sousa:

[Os moradores] desta capitania passaram para outras fugindo dos Aimorés, o[s] qu[ais] tem feito tamanha destruição, que não tem mais um engenho que se faça açúcar, por terem mortos todos os escravos e muitos portugueses, pelo que estão despovoados e postos por terra. A vila de Santo Amaro e a de Santa Cruz [estão] quase despovoadas, e a vila de Porto Seguro está mais danificada e faltam moradores (SOUSA, 1879, p. 55).

O historiador oitocentista Francisco A. Varnhagem argumenta que “Porto Seguro ficou sempre pobre e nem sequer se constituiu uma província, apesar de ter para isso território”, afirmando, ainda, que essa estagnação teria sido fruto da administração do primeiro donatário, Pero do Campo Tourinho, que apesar de ter importante zelo religioso, lhe faltava estímulo para empreender obras grandes. Além disso, também aponta a guerra dos Aimorés, que teria assolado e despovoado a capitania, traçando assim seu futuro estático e vegetativo (1948, p. 183).

Há também, de modo geral, uma historiografia que, ao tratar direta ou indiretamente da capitania de Porto Seguro, tende a fortalecer esses argumentos. Beatriz G. Dantas, José Augusto C. Sampaio e Maria Rosário G. de Carvalho, por exemplo, também atribuem a degradação da capitania aos Aimorés, que teriam sido:

conjuntamente responsáveis, com suas devastadoras incursões sobre as povoações costeiras, pelo mais completo

fracasso econômico das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo durante todo o período colonial (1998, p. 434).

Apesar destes discursos, percebemos que o desenvolvimento da capitania não estagnou após os conflitos indígenas. A permanência da maioria das povoações e o aumento do número de aldeamentos no território, além da adoção de práticas comerciais internas e o fortalecimento das atividades extrativistas, são alguns dos indicadores que apontam para um certo “mito de devastação”, criado pelos cronistas e repetido por historiadores.

Retomando os relatos de Varnhagem (1948), com um olhar atento às suas linhas e entrelinhas, é possível perceber que apesar do retrocesso causado pelos conflitos, preservou-se parte da rede de assentamentos coloniais constituída no final do século XVI. São citadas a vila de Porto Seguro, as povoações de Caravelas e Santa Cruz, os dois aldeamentos de São Mateus e Santo André, além da ermida de Nossa Senhora da Ajuda e seu entorno, que envolvia o território que sobrara da antiga vila de Santo Amaro. Começava-se, então, a se desenhar uma modesta rede urbana no território da capitania, composta por uma vila, três aldeamentos e duas povoações. O sargento-mor Diogo de Campos Moreno, em sua descrição sobre a capitania de Porto Seguro no início do século XVII, nos traz novos elementos, possibilitando a composição de um quadro mais completo da sua formação territorial:

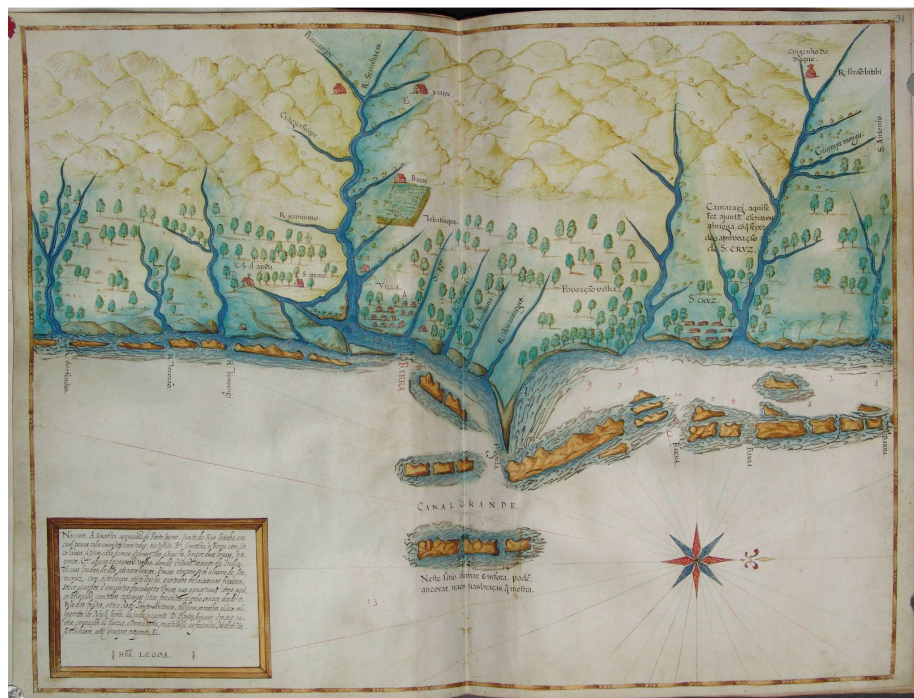
(...) apenas na vila de Porto Seguro há cem moradores brancos e as mais das casas estão postas por terra; tem um engenho de açúcar em Tobatinga, e lugares para outros que, como já disse, houve; tem muitas roças de mantimentos; tem madeiras em quantidade, de que se valem e fazem embarcações (...).

De Porto Seguro para o norte está o famoso Porto Velho de Santa Cruz, de onde toda a província tomou nome e onde ancoraram as primeiras naus que ali chegaram indo para a Índia. Mostram-se assoladas estas duas povoações e o engenho do duque despovoado (MORENO, 1955, p. 124, 127).

No relato de Campos Moreno, é possível observar que além das povoações supramencionadas, se preservaram também parte do entorno agrícola que se desenvolvia, como os engenhos do duque e de Tobatinga, além

de muitas roças de mantimentos. No mapa da capitania de Porto Seguro (Figura 1), produzido por Teixeira Albernaz, ainda é possível visualizar outras fazendas localizadas no interior da capitania.

Figura 1: Mapa da capitania de Porto Seguro



Fonte: ALBERNAZ, João Teixeira de. Razão do Estado do Brasil. Manuscrito, c.1616. f.120. Disponível em: <http://arquivodigital.cm-porto.pt/>.

Importante mencionar que esses mapas, mais que representações topográficas, são também documentos culturais, e, por isso, sua interpretação deve considerar o contexto histórico e as influências ideológicas do cartógrafo (HARLEY, 2005). O mapa analisado se trata de uma representação baseada nas informações de Diogo de Campos Moreno, capitão e sargento-mor do Estado do Brasil, podendo, dessa forma, conter erros, exageros, imprecisões e omissões. Todavia, ele nos é muito valioso, pois permite que tenhamos uma noção visual de parte da ocupação territorial que se desenhava na capitania nesse período. Na costa litorânea há a presença da povoação de Santa Cruz, no canto inferior direito, e da vila de Porto Seguro, centralizada, além da ermida de Nossa Senhora da Ajuda, posterior àquela, situada no mesmo entorno da antiga vila de Santo Amaro. Nota-se também a presença de algumas propriedades

voltadas para o interior da capitania, como o engenho de Tobatinga, localizado acima da vila de Porto Seguro; duas fazendas de Bacaý e Ytaípe, essa última pertencente aos monges beneditinos, além do engenho do duque, localizado no canto superior direito do mapa, acima de Santa Cruz.

É importante destacar a localização destes assentamentos que se encontravam, em sua maioria, nas barras e margens dos rios que desaguavam ao longo de toda a frente atlântica. O grande contingente indígena presente nas crônicas dos primeiros jesuítas indica que os locais onde se estabeleceram os aglomerados eram ocupados por sociedades pré-coloniais, denominados de *tabas*⁹. Essas escolhas progressas possibilitaram a evolução urbana subsequente, tendo em vista a subsistência garantida pelos recursos ambientais ali presentes, o que permitiu a consolidação da sociedade colonial na região. De acordo com Giancesella (2012), os portugueses redimensionaram, como rede urbana, a antiga rede de assentamentos dos nativos. À vista disso, a capitania de Porto Seguro teria se desenvolvido conjugada a dois imperativos naturais: o mar, que assegurava o acesso a uma rede de circulação oceânica, e a ribeira, que possibilitava a prática da agricultura e outros usos, além do clima aprazível. Essa intrínseca relação marítimo-fluvial teria permitido, como afirmou Correia e Silva (2000), dinamizar as atividades econômicas e fortalecer a produção do espaço e da sociedade.

Formaram-se então, unidades produtivas (engenhos e fazendas), relacionadas às vilas, aldeamentos, freguesias e outras povoações, condicionando a instalação da incipiente rede urbana colonial¹⁰. As informações contidas no relatório¹¹ do primeiro ouvidor da comarca de Porto Seguro, criada em 1763, Tomé Couceiro de Abreu, nos dão suporte para, em conjunto com os elementos já apontados, formarmos uma representação espacial das povoações estabelecidas anteriormente à sua chegada. Observamos que além dos aldeamentos e vilas anteriormente mencionadas, fundaram-se outros dois

⁹ Palavra tupi que significa comunidade ou aldeia indígena.

¹⁰ Sobre a ampliação do conceito de rede urbana, ver: BUENO, 2016.

¹¹ RELAÇÃO sobre vilas e Rios da Capitania de Porto Seguro, pelo Ouvidor Thomé Couceiro de Abreu. Porto Seguro, 8 de janeiro de 1764. AHU, Cx. 34, D. 6429- 6430.

aldeamentos (Trancoso e Vila Verde), e a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Peruípe (posterior vila de Nova Viçosa), ocupada por índios fugitivos destes últimos, além de alguns colonos luso-brasileiros. Além disso, Francisco Cancela (2012) realizou um estudo das povoações indígenas existentes naquele território, contribuindo com o acréscimo de informações sobre dois aldeamentos, a aldeia dos índios Meniães, futura vila de Belmonte e o arraial do Itanhém, futura vila de Alcobaça. Na Figura 2 é possível observar aquela incipiente rede urbana formada na capitania ao longo de seus dois primeiros séculos de colonização.

Figura 2: Povoações estabelecidas na capitania de Porto Seguro anterior às reformas pombalinas.



Fonte: Mapa produzido pela autora, 2024.

Diversas fontes primárias atribuem grande prestígio à qualidade das terras de Porto Seguro para plantações e também exaltam seus rios extremamente piscosos. Francisco Varnhagem (1948), afirma, por exemplo, que “em tempo de Pero do Campo, havia importantes atividades agrícolas e, sobretudo, pesqueiras, cuja produção chegava a ser exportada para as capitanias

vizinhas, assim como, para o próprio reino”. Em 1644, o capitão-mor Paulo Barbosa também confirmou essas características, relatando que:

[N]esta capitania tem muito boas terras para todo o gênero de lavoura, (...) [sendo] necessário que se povoe de novo vindo gente [que] se repartam as terras para os que vierem de novo terem onde lavrar¹².

É importante lembrar que a capitania passava por um período de reordenamento populacional e econômico pós conflitos e crises político administrativas, levando a concentrar grande parte da população na vila sede. Estes fatores explicam o provável recuo do processo de colonização, mas não uma completa estagnação. Baltazar da Silva Lisboa, por sua vez, relatou que na primeira metade do século XVIII o comércio da capitania consistia em exportar por mar, às outras capitanias do Brasil, víveres de todas as espécies, demonstrando ainda a importância dada a essa atividade pela Coroa portuguesa¹³.

Por se apresentarem de forma aparentemente modesta e pouco evidentes nas fontes disponíveis, estas práticas econômicas de produção e comercialização de produtos de abastecimento não ganharam a devida importância investigativa pela historiografia que se dedica a estudar a história da economia colonial de Porto Seguro, sobretudo nos primeiros séculos. As atividades eleitas para investigação ainda giram em torno da produção de açúcar, do sertanismo e da extração madeireira, pois movimentavam maiores capitais e favoreciam a economia local¹⁴.

De fato, até a primeira metade do século XVIII, em Porto Seguro existiam apenas nove povoações, sendo que duas eram classificadas como vilas e as demais como freguesias, aldeamentos jesuítas ou aldeias indígenas. As atividades econômicas implementadas foram incapazes de fornecer estímulo

¹² CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Magde., dando conta da sua viagem desde Setúbal, a 29 de dezembro de 1644, Ilha da Madeira até a Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia). S.d.n.l. AHU_ACL_005 Cx. 10. Doc. 1160.

¹³ Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a vila de Valença até o rio doce, apresentada ao P. Regente por Baltazar da S. Lisboa – 1808. B. N. maço 512 (58, doc. 52), p. 76.

¹⁴ Ver em: Cancela, 2016 e Santos, 2015.

para a urbanização. No entanto, após a incorporação da capitania à jurisdição da Coroa, a região foi paulatinamente se dinamizando como produtora de gêneros alimentícios, sendo inserida com mais vigor na rota de abastecimento interno com destino a Salvador e Rio de Janeiro. Tomé Couceiro de Abreu, assumindo o papel de ouvidor da capitania, fundou diferentes vilas de índios visando aumentar a capacidade de produção agrícola, como ele mesmo descreveu em seu relatório:

Espero que [Belmonte] seja a melhor que haja nesta costa da Bahia até o mesmo Rio de Janeiro, assim pela fertilidade das suas terras, que é a coisa mais pasmosa, como pela abundância de caça que nele há, e criada ela com outra no rio jucuruçú, que também pretendo erigir e são terras da mesma qualidade, persuado-me, que só elas com as das Caravelas, serão bastantes para sustentar de farinhas quase toda a Bahia¹⁵.

Havia, portanto, grandes expectativas em torno dessa economia de abastecimento que, como se viu, já se dinamizava muito antes das ações dos ouvidores ou das reformas atribuídas à então comarca na segunda metade do século XVIII. As populações coloniais construíram uma estrutura de produção, escoamento e comercialização de diversos gêneros, o que favoreceu a posterior consolidação daquele incipiente conjunto urbano existente em uma ativa rede de conexão comercial.

O decurso das reformas pombalinas em Porto Seguro

O contexto da segunda metade do século XVIII, sob o governo de Dom José I, testemunhou uma fase emblemática marcada pelas reformas políticas, administrativas, econômicas e fiscais, visando a reestruturação do Império. O ápice desse movimento ocorreu durante a gestão do ministro Sebastião José de

¹⁵ OFÍCIO do ouvidor de Porto Seguro Tomé Couceiro de Abreu (para o ministro dos negócios do Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no qual transmite muitas e interessantes informações sobre as povoações, rios, população e madeiras da sua capitania. Porto Seguro, 16 de junho de 1764. AHU, Cx. 25, d. 6568-6541.

Carvalho e Melo, posteriormente conhecido como Marquês de Pombal, como resposta à crise financeira no Império português¹⁶.

De modo geral, as principais mudanças implementadas na América portuguesa, durante a gestão pombalina, abrangeram os setores econômico, administrativo e cultural. Economicamente, Pombal procurou estimular o desenvolvimento das indústrias nacionais e ampliar a transferência das riquezas das colônias para o reino, promovendo a diversificação dos produtos de exportação, mantendo as práticas monopolistas de comércio e garantindo um maior controle fiscal, a partir da criação do Erário Régio (1761). No âmbito administrativo, estipulou o fortalecimento do Estado na colonização do território americano, por meio da transferência da sede do Governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, modernizando os órgãos administrativos. Por fim, o terceiro campo se deu no âmbito da cultura e do sistema educacional, que se inseriram no universo das práticas reformistas após a expulsão dos jesuítas da colônia, ocorrido em 1759 (FALCON, 2000).

Tais modificações do sistema administrativo colonial caminharam lado a lado com a necessidade de fortalecimento da autoridade real perante a extensão territorial ainda inexplorada, resultando em uma política de ampliação do número de vilas e povoamentos no interior. Esse direcionamento estabeleceria caminhos profícuos para a urbanização, centralizaria a administração nas mãos da Coroa e aumentaria os lucros da Fazenda Real (ALMEIDA, 2016).

A implementação dessas reformas em Porto Seguro, ocorreu a partir de 1758, momento em que a antiga capitania se transformou em comarca anexada à capitania da Bahia. Esse teria sido o primeiro grande impacto das reformas josefinas na capitania de Porto Seguro que, depois de mais de dois séculos sendo governada por particulares, passou a estar sob a administração de

¹⁶ MENDONÇA, Marcos Carneiro. **O Marquês de Pombal e o Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960; FALCON, Francisco. **A época pombalina**. São Paulo: Ática, 1982; FALCON, Francisco. **Pombal e o Brasil**. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*; revisão técnica Maria Helena Ribeiro Cunha. – 2. ed., ver. e ampl. – Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2000. MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

capitães e ouvidores nomeados pela coroa. Com tal política reformista em curso, uma das ações mais efetivas para a antiga capitania foi a criação da ouvidoria em 1763, documentada na “Instrução para o ministro que vai criar a Nova Ouvidoria de Porto Seguro”¹⁷. Sendo agora governada por um oficial régio, as responsabilidades de consolidação e expansão do território estavam inteiramente ligadas ao governo central de Lisboa, garantindo uma hierarquia institucional e uma necessidade concreta de formulação de um projeto político para a nova comarca.

O estabelecimento dessa nova forma de governo em Porto Seguro foi guiada pela referida *Instrução*. O documento continha 18 parágrafos com recomendações ao ministro e primeiro ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, trazendo um panorama da realidade colonial de Porto Seguro. Ao longo do documento, o ouvidor aponta questões relacionadas às necessidades de “civilização” indígena, de desenvolvimento da economia regional e da ocupação efetiva do território. Logo nos dois primeiros parágrafos ficam evidentes que um dos objetivos principais da nova Ouvidoria seria “reduzir aquela importante parte do continente a um país civilizado” (Instrução, §1), sendo para isso necessário “fazer educar aquela rústica gente assim na cristandade como na sociedade e civilidade” (Instrução, §2).

Observa-se que a estratégia reformista tinha como objetivo transformar culturalmente as populações indígenas ali residentes, a partir da premissa de superioridade da sociedade europeia, que procurava impor seu modelo de “civilização” às populações indígenas (DELSON; 1997; CANCELA, 2012). Nesse sentido, o parágrafo 3º da referida *Instrução* orienta a introdução dos indígenas aos processos administrativos ligados ao governo. Conforme o documento, o fato de terem permanecido todo esse tempo “à parte” da vida colonial, teria contribuído tanto para a conservação da “brutalidade”, quanto para o desperdício “de toda aquela imensidade de almas”.

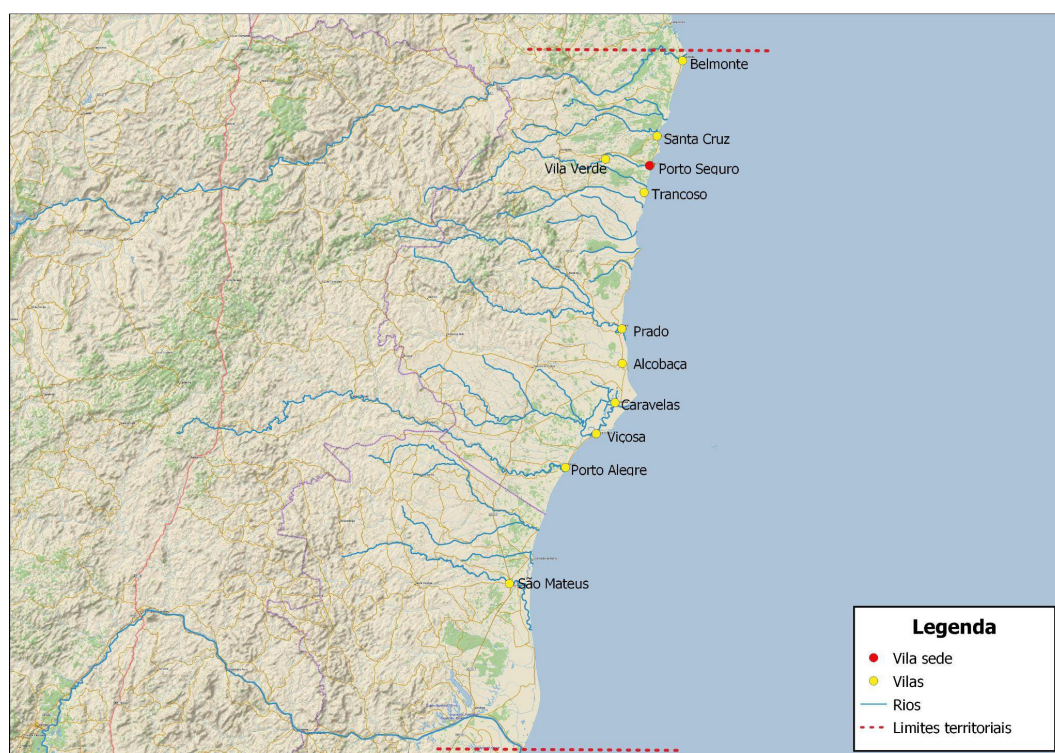
¹⁷ INSTRUÇÃO para o ministro que vai criar a Nova Ouvidoria de Porto Seguro. AHU_ACL_CU_ORDENS E AVISOS PARA A BAHIA, cód. 603.

Mais adiante se prioriza, também, o desenvolvimento da economia regional visando fortalecer o comércio colonial. Para tanto, a coroa portuguesa estabeleceu três estratégias direcionadas para a nova comarca de Porto Seguro. A primeira buscava transformar a região em um centro de produção de gêneros alimentícios, estabelecendo a agricultura como a principal atividade a ser desenvolvida, definindo como rota comercial prioritária o abastecimento interno dos principais centros urbanos coloniais, Salvador e Rio de Janeiro (*Instrução*, §9). A segunda estratégia orientava a diversificação das atividades econômicas através da exploração de recursos naturais existentes em Porto Seguro, como a intensificação da extração madeireira das matas litorâneas. Determinou-se, também, a análise das condições geográficas para a pesca das baleias que rondavam a região do Arquipélago dos Abrolhos, com o intuito de exportação do azeite extraído para as cidades de Salvador e Rio de Janeiro (*Instrução*, §10 e §11). Por fim, a última estratégia econômica proposta dizia respeito ao comércio e à infraestrutura de transporte para garantir o escoamento dos produtos. Dessa forma, orientou-se a construção de uma estrada que ligasse Porto Seguro ao Espírito Santo, a fim de diminuir a distância com o novo centro administrativo da colônia, sediado na cidade do Rio de Janeiro (*Instrução*, §13).

No decorrer de todo o documento, nota-se que há uma tentativa da Coroa portuguesa em fortalecer o papel da antiga capitania enquanto centro comercial para o abastecimento interno de alimentos e a exploração de suas matas ricas em pau-brasil, principal atividade a lhe conectar com o além-mar. Esse objetivo se tornou tão primordial quanto a necessidade de aumentar seu contingente populacional, fator que se ordena no parágrafo 17 da *Instrução*, o qual aponta para a criação de novas vilas com vistas a reorganizar a ocupação territorial da comarca, o que permitiria a defesa do território e uma maior agilidade na produção e no comércio colonial. Recomendou-se nesse mesmo parágrafo que, ao passo que as novas vilas fossem fundadas, seus nomes antigos, considerados “bárbaros”, deveriam ser abolidos e substituídos por nomes de cidades portuguesas. Dessa forma, no período de 1763 a 1772, seis novas vilas foram fundadas: Prado, São Mateus (antiga povoação de São

Mateus), Belmonte (antiga Aldeia dos índios Meniãs), Viçosa (antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Peruípe), Porto Alegre e Alcobaça (antigo Arraial do Itanhém). Os aldeamentos do Espírito Santo e de São João foram transformados, respectivamente, nas vilas de Verde e Trancoso, em 1759, após a expulsão dos jesuítas da capitania de Porto Seguro (Figura 3).

Figura 3: Composição territorial das vilas de Porto Seguro pós reformas pombalinas.



Fonte: Mapa produzido pela autora, 2024.

Essa primeira estratégia reformista evidencia o empenho da coroa portuguesa em redimensionar a lógica de colonização daquele território, buscando superar o problema da instabilidade política que predominava na região desde o século XVI (CANCELA, 2012). A transição de Porto Seguro de donataria para comarca visou integrar a região nas engrenagens do antigo sistema colonial, agindo em três campos principais: econômico, social e territorial. Buscou-se promover a economia regional com o objetivo de transformá-la em um centro produtor de gêneros alimentícios direcionados para

os dois principais mercados da América portuguesa; estabelecer uma política de integração das populações indígenas a partir de um programa de “civilização”, a fim de condicioná-los à posição de súditos da coroa; e, por fim, fomentar a efetiva ocupação territorial. Assim, o domínio e a regulação do espaço, conforme apontou Fernanda Bicalho (1998), se conformariam como um indiscutível mecanismo de poder e disputa sobre o território e seus habitantes.

O impacto das reformas no desenvolvimento econômico e na modificação da paisagem de Porto Seguro no fim do período colonial

O plano de desenvolvimento urbano em Porto Seguro, como mencionado, estava diretamente associado ao impulsionamento da economia agrícola, visando integrá-la à rede de abastecimento interno da colônia. Este projeto de fomento à agricultura, direcionado na segunda metade do século XVIII para toda a América portuguesa, tinha como meta assegurar a autossuficiência do Brasil, prevenindo crises de abastecimento. Nesse período, Portugal enfrentava instabilidades econômicas e um crônico déficit alimentar, resultando na importação de alimentos da Espanha e da França, o que comprometia a manutenção de seu domínio sobre as colônias americanas. Diante desse cenário, tornou-se imperativo fomentar a agricultura de subsistência no Brasil para suprir as demandas dos núcleos urbanos em expansão, uma vez que o crescimento físico e demográfico dessas áreas impulsionava a necessidade por alimentos, manufaturas e serviços (ALDREN, 2004). Essa conjuntura explica o crescimento da economia comercial em Porto Seguro. Além de serem atividades que já eram exercidas naquele território, a alta demanda dos mencionados gêneros nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro fez com que essa economia deslanchasse, começando a ganhar destaque no início da década de 1770.

A criação das novas vilas foi fundamental para o dimensionamento alcançado por essa economia, visto que, com a incorporação dos indígenas à condição de colonos e vassalos da Coroa, além do envio anual de degredados da Bahia e do Rio de Janeiro, houve um significativo crescimento demográfico na

comarca. Os dados censitários do final do século XVIII e início do século XIX ilustram o aumento populacional e a dispersão demográfica nas vilas de Porto Seguro (Tabela 1).

Tabela 1: Crescimento demográfico da Comarca de Porto Seguro (1764-1817)

Vila	1764	1780	1799	1813	1817
Belmonte	135	439	498	500	640
Santa Cruz	196	642	833	800	800
Porto Seguro	1.006	1.695	1.622	2.500	1.971
Vila Verde	341	582	470	500	600
Trancoso	641	602	614	500	674
Prado	-	639	340	700	700
Alcobaça	90	655	-	900	800
Caravelas	360	1.278	2.358	3.000	2.300
Viçosa	452	584	702	800	1.100
Porto Alegre	-	449	318	500	437
São Mateus	345	768	750	2.220	3.000
Total	3.566	8.333	8.505	12.920	13.022

Fonte: ACMRJ - Livro Nº 7; AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 55, D. 10700; ANRJ - Série Interior, IJJ2-296A; BNRJ - Manuscritos, I - 28, 29, 10.

Durante um período de 53 anos, a população cresceu consideravelmente em contraste com os pouco mais de dois séculos anteriores, em que a população da antiga capitania mal ultrapassava 3.705 habitantes¹⁸. Esse crescimento rápido proporcionou aos colonos luso-brasileiros oportunidades para expandir as plantações agrícolas, aproveitando a fácil arregimentação da mão de obra

¹⁸ De acordo com uma Relação das vilas e rios da antiga capitania de Porto Seguro, produzida em 1764 pelo ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, as vilas e aldeias de Porto Seguro não possuíam mais que 3.705 habitantes. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 34, D. 6430.

indígena e os altos preços dos alimentos nos mercados coloniais. A documentação do final do século XVIII e início do XIX demonstra que todas as vilas e povoações, tanto as já estabelecidas como as surgidas durante esse período reformista, se tornaram centros produtores de gêneros alimentícios, como pode-se observar na tabela 2:

Tabela 2: Gêneros produzidos pelas vilas e povoações da comarca de Porto Seguro

Vilas e povoações	Gêneros
Belmonte	Farinha, arroz, milho e extração de madeiras.
Santa Cruz e Santo André	Farinha, legumes e pescados.
Porto Seguro	Farinha, algodão, cana de açúcar e pescados.
Vila Verde	Farinha, extração de madeiras e algodão.
Trancoso	Farinha, algodão, tabaco, pescados e extração de madeiras.
Comoxatiba	Pescado, criação de gados e extração de madeiras.
Prado	Farinha, cana de açúcar e extração de madeiras.
Alcobaça	Farinha, cana de açúcar, legumes, pescado e extração de madeiras.
Caravelas	Farinha, frutas e legumes.
Viçosa	Farinha e pescados.
São Mateus	Farinha, cana de açúcar, extração de madeiras, pescados, feijão, arroz, milho e algodão.

Fonte: AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 51, D. 9493; VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Vol. 2. Editora Itapuã, 1969; BNRJ - Manuscritos, I - 28, 29, 10.

É possível observar que, para além da extração madeireira, principal atividade comercial de Porto Seguro desde o século XVII, a produção de farinha de mandioca e o pescado assumiram posição de destaque na economia

da nova comarca. Importante destacar que ambas eram atividades seculares, exercidas, mesmo antes da chegada dos europeus, pelas populações indígenas tradicionais. De acordo com Baltasar da Silva Lisboa, as vilas da comarca exportavam, por ano, mais de 200 mil alqueires de farinha para a cidade de Salvador e mais de 100 mil pescados¹⁹. Apesar desses números não serem oficiais, eles evidenciam um grande volume de produção e comércio sendo exercido naquele território. A farinha de mandioca, por sua vez, ganhou papel de destaque na economia de Porto Seguro, sobretudo nas vilas do sul da comarca, que chegavam a abastecer não só a capital, mas também outras cidades ao longo da costa do Brasil e de Angola (VILHENA, 1969).

A promoção da produção de mandioca se justificou, em parte, pela facilidade de cultivo, baixo investimento e alta rentabilidade, características ressaltadas por José da Silva Lisboa em sua carta de 1781²⁰. A cultura generalizada da mandioca, conforme expressa Lisboa, permitia a produção de grandes quantidades em curtos períodos, fornecendo alimento suficiente para a população ao longo do ano. De acordo com suas palavras:

Cada preto sem dificuldade prepara e planta todos os dias 100 covas de mandioca; qualquer terra a mais medíocre produz 20 alqueires por mil covas. Dois negros que trabalhassem juntos teram (sic) feito em 10 dias planta para 40 alqueires; em outros dez dias teram (sic) colhido e preparado a farinha com o trabalho reunido.
(...) Não é fácil achar país, onde com 20 dias de trabalho, se tenha pão para todo o ano, e ainda alguma coisa a mais (SILVA LISBOA, 1781).

A mandioca, alimento tradicional das populações indígenas, tornou-se um elemento fundamental na dieta da população colonial. Inicialmente essencial para colonos europeus e escravos, a farinha posteriormente se tornou

¹⁹ MEMÓRIA acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a Vila de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa - 1808. BNRJ, maço 512 (58, doc. 52).

²⁰ José da Silva Lisboa (1756-1835), nasceu na Bahia, estudou Medicina e Filosofia na Universidade de Coimbra e, ao regressar para a Bahia, exerceu funções públicas como jornalista e político. Foi deputado à Constituinte de 1823, tornando-se Barão em 1825 e Visconde em 1826, chegando a senador do Império. Em sua longa carta dirigida a Domingos Vandelli, Diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, ele realiza uma descrição minuciosa da vida econômica e social da Bahia. Para uma análise mais aprofundada da Carta, ver em: RAMOS, 2000.

uma mercadoria, impulsionando um mercado de alimentos para aqueles sem roças ou que viviam nas cidades. Gradativamente, os produtos derivados da mandioca, como os beijus, adquiriram status de alimentos de elite. Assim, em um curto período, a mandioca deixou de ser exclusivamente indígena para se tornar um recurso alimentar utilizado por todas as camadas sociais da colônia (SILVA, 1990).

Além disso, o cultivo agrícola desempenhou um papel significativo na modificação da paisagem do território. A promoção de cultivos em grande escala, como o da mandioca, impactou a configuração do território, alterando a paisagem rural, a infraestrutura e a urbanização. Nesse contexto de ebulição agrícola da colônia, Porto Seguro vivenciou um grande momento de dinamização de sua economia, onde suas áreas cultivadas foram dilatadas, a cultura agrícola diversificada e a atividade comercial ampliada. Nesse sentido, Porto Seguro adentrou ao século XIX integrando um sistema econômico de dimensões continentais, movimentando uma quantidade significativa de produtos que eram exportados para várias partes da colônia e de fora dela.

Nessa conjuntura, algumas vilas começaram a ganhar destaque demográfico e econômico com relação à capital Porto Seguro. Caravelas, por exemplo, terminou o século XVIII como a vila mais populosa da comarca, posto que perdeu para São Mateus no início do século XIX (Tabela 1). Este fator provavelmente se deu por conta da principal atividade mercantil que apresentavam, mas também pelas características naturais de seus territórios. O porto de Caravelas possuía as melhores condições de atracagem e de navegabilidade da região. Assim, as pequenas embarcações provenientes das povoações vizinhas se dirigiam para aquela vila carregadas de farinha para serem comercializadas e exportadas. Tomas Lindley, no início do século XIX, observou esse movimento comercial, caracterizando a referida vila como “o principal mercado de farinha da costa”, onde os “habitantes das vizinhanças emprega[va]m toda sua atividade no cultivo e preparação de farinha, que transporta[va]m para o porto de Caravelas” (1969, p. 156).

No início do século XIX, essas duas vilas - Caravelas e São Mateus - lideravam esse comércio, possuindo, respectivamente, 20 e 15 embarcações empregadas exclusivamente para o transporte da farinha. Viçosa seguia este grupo com 10 embarcações, Alcobaça com 8 e Prado, com 6 barcos que administravam o comércio mercantil²¹. Estes dados demonstram que, com a intensificação do comércio de farinha, um seleto grupo de comerciantes foi se formando nas vilas do sul da comarca, onde, com um capital acumulado, começaram a controlar a compra da farinha dos pequenos e médios produtores, o escoamento da produção e a revenda do produto nos mercados coloniais (CANCELA, 2012).

Como apontado por Cancela (2012), a formação desse grupo mercantil alterou a dinâmica econômica e política de Porto Seguro, visto que os colonos mais ricos passaram a investir na dilatação dos territórios agrícolas em direção aos sertões, buscando incorporar novos territórios e culturas na estrutura produtiva regional. Nesse movimento, também buscaram aumentar a produção com a introdução do trabalho escravo africano. Assim, riqueza e poder se concentraram nas vilas do sul, onde Caravelas e São Mateus se constituíram nas vilas mais povoadas da região, dominando o comércio mercantil de Porto Seguro.

Os sertões da comarca se revelaram como um território estratégico não apenas para expandir o comércio agrário, mas também porque fazia ligação direta com a capitania de Minas Gerais. Na segunda metade dos setecentos, a coroa portuguesa procurou dilatar as atividades agrícola e pecuária de Minas, fomentando a formação de redes comerciais com os portos litorâneos. Porto Seguro, além de fazer fronteira com a capitania, possuía pelo menos três grandes rios cujas nascentes se encontravam naquele território, os rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Dessa forma, a expansão do território colonizado de Porto Seguro em direção aos sertões, se tornou substancial. Esse processo teria gerado uma série de conflitos sociais com os indígenas que ali habitavam,

²¹ RELAÇÃO circunstanciada das vilas, freguesias e povoações compreendidas na Comarca de Porto Seguro, Capitania da Bahia. Porto Seguro, 23 de agosto de 1817. ANRJ – Série Interior, IJJ2-296A.

um ambiente propício para o desenvolvimento de uma economia colonial integrada e estável, com foco no abastecimento de gêneros alimentícios e exploração de recursos naturais.

Considerações finais

A presença constante de conflitos sociais e territoriais em Porto Seguro destaca a complexidade da transformação da paisagem desse território, evidenciando as tensões e desafios enfrentados durante todo o processo de ocupação e exploração colonial. As mudanças na paisagem, com a expansão de fazendas e assentamentos humanos voltados para a produção agrícola no final do período colonial, refletem não apenas uma resposta às demandas comerciais da época, mas também a reconfiguração do espaço geográfico conforme os interesses coloniais. Esses movimentos também evidenciam as complexidades sociais e políticas envolvidas na ocupação do território e nas relações com as populações indígenas, que buscavam estratégias de sobrevivência e preservação de seus territórios tradicionais.

Durante a experiência colonial, é possível observar pelo menos três importantes períodos de expansão da ocupação territorial. O primeiro teria ocorrido nos dois primeiros séculos de colonização, quando Porto Seguro ainda era uma capitania donatária. Nesse período, apesar dos desafios, especialmente ao longo do século XVII, marcado por crises sociais e administrativas, os assentamentos humanos continuaram a crescer e a população a se reorganizar social e economicamente.

O segundo período de expansão teria ocorrido na segunda metade do século XVIII, no decurso das reformas pombalinas. Nesse contexto, a capitania foi transformada em comarca, seu território foi reordenado com a fundação de vilas e alternativas econômicas voltadas para a produção de gêneros alimentícios foram impulsionadas visando atender as necessidades da colônia. Por fim, o terceiro período teria ocorrido nas décadas finais do período colonial, sob o governo do ouvidor José Marcelino da Cunha. Visando consolidar as políticas econômicas implementadas na comarca durante o período pombalino e

transformar o território em um ponto estratégico de intercâmbio comercial entre os sertões mineiros e o litoral, Marcelino da Cunha projetou um plano de expansão territorial para os sertões de Porto Seguro, visto que as grandes vias fluviais poderiam conectar o litoral aos centros urbanos de Minas Gerais, enquanto as vastas extensões de terras poderiam impulsionar a produção agrícola colonial. Nesse sentido, foram estabelecidos diversos quartéis militares nas cachoeiras dos rios ao longo da comarca, complexificando ainda mais a paisagem territorial.

Em síntese, este estudo demonstra que, mesmo em meio a períodos políticos mais instáveis, houve um processo contínuo de ocupação e urbanização na antiga capitania e comarca de Porto Seguro. Ao final do período colonial, consolidou-se uma rede urbana diversificada, composta por vilas, pequenas povoações, fazendas, freguesias e quartéis militares, que sustentava uma vasta rede de produção e comércio, revelando-se mais dinâmica do que se poderia supor à primeira vista.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas** – Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997.
- ABREU, João Capistrano de. Atribuições de um donatário. In: **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Livraria Briguiet, 1930.
- ACCIOLI, Ignacio; AMARAL, Braz do. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. v. 1. Salvador: Imprensa Oficial, 1919.
- ADAN. Caio Figueiredo Fernandes. **Colonial Comarca dos Ilhéus**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História. Salvador, 2009.
- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: Bethell, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, Brasília: FUNAG, 1998.

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula. O Brasil Ilustrado (1758/1798). **Revista científica da Faculdade Santa Marcelina – FASM**, Muriaé/MG – volume 15, nº 1, 2016.

BICALHO, Maria Fernanda. O Urbanismo Colonial e os Símbolos do Poder. **Estudos IberoAmericanos**. PUCRS, v. XXIV, nº 1, p. 31-57, junho – 1998.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O Brasil-Colônia: em que medida mais urbano do que parece à primeira vista? In: **Actas do Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana**. Santiago de Chile: Universidad de Chile/Pontificia Universidad Catolica de Chile, 2016, p. 825-834.

CARTA de doação da Capitania de Porto Seguro. Évora, 27 de maio de 1534. ANTT, Chancelaria de d. João III, Livro 7, f. 103.

CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Magde., dando conta da sua viagem desde Setúbal, a 29 de dezembro de 1644, Ilha da Madeira até a Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia). S.d.n.l. AHU_ACL_005 Cx. 10. Doc. 1160.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (Org.). **Doações e Forais das Capitânicas do Brasil (1534 – 1536)**. Lisboa: Estudos e Documentos /IANTT, 1999.

CALDEIRA, Jorge. **Cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CANCELA, Francisco. **De Projeto a Processo Colonial**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2012.

_____. Superando equívocos, apontando evidências: notas sobre a economia da capitania de Porto Seguro (séculos XVI-XVIII). In: **História da Capitania de Porto Seguro**. CANCELA, Francisco (org.). Jundiá, Paco Editorial: 2016.

CUNHA, Manuela Carneira da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 2ª ed., 1998.

DANTAS, Beatriz, SAMPAIO, José Augusto, CARVALHO, Maria Rosário de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp, 2ª ed., 1998.

DESCRIÇÃO do Mapa Topográfico da Comarca de Porto Seguro, com algumas observações tendentes ao melhoramento da mesma Comarca, feita por ordem da Mesa do Desembargo do Paço, em provisão de 25 de agosto de 1813. Porto Seguro, 20 de dezembro de 1813. BNRJ – Manuscritos, I – 28, 29, 10.

FALCON, Francisco. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**; revisão técnica Maria Helena Ribeiro Cunha. – 2. ed., ver. e ampl. – Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2000.

GIANESELLA, Rubens. Gêneses urbanas do colonialismo. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 20. n.1. p. 165-200. jan-jun 2012.

GOMES, Ingrid Araújo. **Remodelação Urbana na vila de Porto Seguro (Bahia) na segunda metade do século XVIII**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/BA, 2022.

HARLEY, John Brian. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. In: HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas**. México: FCE, 2005.

INSTRUÇÃO para o ministro que vai criar a Nova Ouvidoria de Porto Seguro. AHU_ACL_CU_ORDENS E AVISOS PARA A BAHIA, cód. 603.

LINDLEY, Tomas. **Narrativa de uma viagem ao Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

LIVRO DAS VISITAS PASTORAIS de 12 de maio de 1799 – efetuadas pelo Reverendo Pe. Francisco dos Santos Pinto (visitador). Livro N° 7.

Mapa da capitania de Porto Seguro. Fonte: ALBERNAZ, João Teixeira de. Razão do Estado do Brasil. Manuscrito, c.1616. f.120. Disponível em: <http://arquivodigital.cm-porto.pt/>.

MAPA da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguezias das suas comarcas, com a distinção em 4 classes das idades pueril, juvenil, varonil e avançada, em cada sexo, com o número dos velhos de mais de 90 anos, dos nascidos, dos mortos e dos fogos... AHU_ACL_CU_005, Cx. 55, doc. 10700.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEMÓRIA acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a vila de Valença até o rio doce, apresentada ao P. Regente por Baltazar da S. Lisboa – 1808. B. N. maço 512 (58, doc. 52), p. 76.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **O Marquês de Pombal e o Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612**. Edição crítica, com introdução de Hélio Viana. Arquivo Público Estadual de Recife, 1955.

OFÍCIO do ouvidor de Porto Seguro Tomé Couceiro de Abreu (para o ministro dos negócios do Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no qual transmite muitas e interessantes informações sobre as povoações, rios, população e madeiras da sua capitania. Porto Seguro, 16 de junho de 1764. AHU, Cx. 25, d. 6568-6541.

RAMOS, José Alberto Bandeira. Particularidades da sociedade escravista da Bahia. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano II, Nº 3, Jan. 2000, Salvador - BA.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/USP, 1968.

RELAÇÃO circunstanciada das vilas, freguesias e povoações compreendidas na Comarca de Porto Seguro, Capitania da Bahia. Porto Seguro, 23 de agosto de 1817. ANRJ – Série Interior, IJJ2-296A.

RELAÇÃO individual do que o Ouvidor da Capitania de Porto Seguro (José Xavier Machado Monteiro), nela tem operado nos 10 para 11 anos que, tem decorrido desde o dia 3 de maio de 1767 até o fim de junho de 1777. Porto Seguro, 27 de julho de 1777. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 51, D. 9493.

RELAÇÃO sobre vilas e Rios da Capitania de Porto Seguro, pelo Ouvidor Thomé Couceiro de Abreu. Porto Seguro, 8 de janeiro de 1764. AHU, Cx. 34, D. 6429- 6430.

SANTOS, Uiá Freire dos. **Negociação e Conflito na Administração do Pau-Brasil**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2015.

_____. O coração e uma parte do corpo: a instalação do governo-geral e o governo interino de Duarte de Lemos na capitania de Porto Seguro. in: **História da Capitania de Porto Seguro**. CANCELA, Francisco (org.). Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

_____. O Negócio do Pau-Brasil: entre o regimento de 1605, contratos, contratadores e lavradores da capitania de Porto Seguro (1605-1640). In: **História da Capitania de Porto Seguro**. CANCELA, Francisco (org.). Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A morfologia da escassez**. Tese doutorado (Universidade Federal Fluminense), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói/RJ, 1990.

SILVA LISBOA, José. Carta muito interessante de advogado da Bahia para Dr. Domingos Vandelli. Bahia, 18/10/1781. AHU, Cx. 19239

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typografia de João Inácio da Silva, 1879.

SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. **O Desembargo do Paço (1750-1833)**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 2ª edição, Tomo I, s/d. Retirado do acervo do projeto Brasiliana USP, 1948.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia do século XVIII**. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edson Carneiro. Bahia, Ed. Itapuã, vol. 2, 1969.

Recebido em: 19 de maio de 2024

Aceito em: 31 de outubro de 2024